

**HABEAS CORPUS Nº 515.268 - RS (2019/0167644-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : CRISTIANE PRETTO - RS057069  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : JAIRO EDUARDO ANTUNES QUEVEDO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em benefício de **JAIRO EDUARDO ANTUNES QUEVEDO**, contra o v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul**, no Agravo em Execução n. 0267890-35.2018.8.21.7000.

Narra a impetrante que o d. Juízo das Execuções, ao unificar as penas impostas ao paciente, indeferiu o pedido de conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade em razão do advento de nova sentença condenatória definitiva.

Irresignado, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução, ao qual o eg. Tribunal deu provimento, conforme v. acórdão, assim ementado (fl. 164):

*"EXECUÇÃO PENAL AGRAVO. CONVERSÃO DE PENA RESTRITIVA DE DIREITOS EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. NOVA CONDENAÇÃO. REGIME FECHADO. INCOMPATIBILIDADE DE CUMPRIMENTO SIMULTÂNEO. Caso em que o apenado cumpria pena em regime fechado quando sobreveio nova condenação, imposta pena de três anos e três meses de reclusão, substituída por restritiva de direitos, inexistindo compatibilidade no cumprimento das penas impostas, imperiosa se faz a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, nos termos do art. 44. § 5º do CP. com a conseqüente unificação c soma das penas para definição do regime, conforme artigo 111 e parágrafo único da LEP.*

*AGRAVO DEFENSIVO IMPROVIDO. UNÂNIME."*

Opostos embargos declaratórios, foram acolhidos apenas para sanar o vício consistente em erro material constante da ementa (fls. 196-206).

Daí o presente **habeas corpus**, no qual a Defesa alega que "*o entendimento exarado no acórdão não está em consonância com os preceitos constantes no art. 44, §5º, e no art. 76, ambos do Código Penal, como também com o princípio da proporcionalidade. No que tange aos referidos dispositivos legais, tem-se que é absolutamente possível o cumprimento sucessivo da pena privativa de liberdade e restritiva de direitos. Tanto o art. 44, § 5º, do Código Penal como o art. 181, §1º, alínea 'e' da LEP conferem uma faculdade ao magistrado, permitindo que ele decida sobre a conveniência da conversão. Ademais, o ordenamento jurídico prevê a possibilidade de que o apenado cumpra primeiro a pena mais grave e, finda esta, passe a cumprir a restritiva de direito, consoante o disposto no art. 76 do Código Penal*" (fl. 6).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para cassar o v. aresto ora combatido.

**É o relatório.**

**Decido.**

O presente **habeas corpus** não comporta conhecimento, pois se trata, na verdade, de evidente **reiteração de pedido**, uma vez que a **questio** suscitada já é objeto de apreciação por esta Corte no **writ n. 494.071/RS**, de minha relatoria, cuja liminar foi indeferida em 18/2/2019, e que aguarda a juntada das informações solicitadas, do parecer do Ministério Público e posterior conclusão para julgamento.

Sobre a impossibilidade de conhecimento do **habeas corpus** quando configurada reiteração de pedidos, confirmam-se os seguintes julgados:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS INDEFERIDO LIMINARMENTE. REITERAÇÃO DE PEDIDO. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. O recurso ordinário traz pedido idêntico ao formulado no HC 393.851/BA e em ambos se ataca acórdão do*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

*Tribunal de Justiça da Bahia no Habeas Corpus n. 0023373-89.2016.8.05.0000. Referida impetração teve seu mérito julgado em maio do corrente ano.*

*2. Diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento do recurso ordinário.*

*Agravo regimental desprovido." (AgRg no RHC 84.693/BA, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 16/08/2017)*

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA DA POLÍCIA MILITAR. NECESSIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA. MATÉRIA PREJUDICADA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. INDEFERIMENTO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. DENÚNCIA. DECISÃO DE RECEBIMENTO E AFASTAMENTO DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA. NULIDADE. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. RECURSO DESPROVIDO.*

*[...]*

*2. Resta impedido o exame quanto a temas já decididos nos autos de habeas corpus anteriormente impetrados, por se tratar de mera reiteração de pedidos.*

*[...]*

*8. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 84.050/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 16/08/2017)*

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o processamento do presente **writ**.

P. I.

Brasília, 10 de junho de 2019.

Ministro **Felix Fischer**

Ministro